



Página 2 Sem emenda

POR
ANTÓNIO
BARRETO

Sem recurso nem recuo

Quando alguma coisa falha, procuramos um recurso. Junto de alguém, pessoa ou instituição. Com frequência, pensamos ter recuo. E tempo de espera e reflexão. É uma defesa, uma precaução. Melhor ainda, uma cópia de segurança. O *backup*. A instituição de emergência. O exército de reserva. A brigada de última instância. Quando a Terra treme, invoca-se Deus. E faz-se o mesmo perante as tempestades. Até os ateus, que nem sempre confiam nos pára-raios.

Quando há crise, olha-se para a finança e a segurança social. Quando a nação está em perigo, espregueia-se para os países amigos. Quando o Estado corre riscos, conta-se com os militares. Quando a ordem e a segurança ameaçam ruir, espera-se pela polícia. Quando as elites falham, chama-se o povo. Quando os empresários fogem, recorre-se ao Estado. Quando a saúde está periclitante, procura-se o médico. Quando a corrupção reina, confia-se na justiça. O pior é quando a justiça tarda...

Há momentos na vida de uma nação em que, de repente ou gradualmente, se tem a sensação de que o recuo é curto e de que o recurso é cada vez menor. Que tudo tem falhado. A justiça, o diálogo ou a decência humana.

Numa área, especialmente, a falta de recurso é assustadora. A falta de justiça é aterradora. Os imediatos apelos à justiça privada são o anúncio do pavor. As tentações da justiça pelas próprias mãos são sinais de desespero e de inferno à vista.

O pior da corrupção, privada ou pública, partidária ou empresarial, é que cada vez menos há recuo. Ainda se pensa em justiça, sobretudo com processos de inédita dimensão e inimaginável gravidade. Mas quando chega a vez de a própria justiça falhar ou se sentar no banco dos réus, então sente-se o frio nas costas, o arrepio

do abismo: não há recurso nem recuo!

A corrupção é injusta e imoral. É socialmente desigual e culturalmente repugnante. Eticamente condenável e politicamente abjecta. Infelizmente, parece que a maior parte dos que condenam a corrupção o fazem mais por inveja do que por convicção.

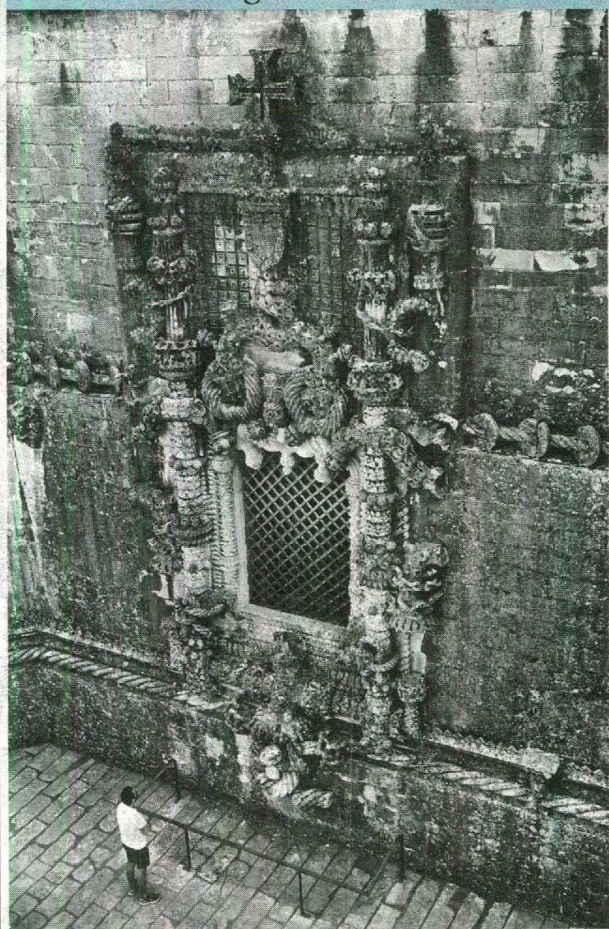
Estranhamente, a corrupção tem quase sempre defensores ou pretextos. Vale para crescer a economia e criar emprego. Serve para aumentar as exportações. Aceita-se para defender os interesses dos munícipes, para apoiar as iniciativas locais e para satisfazer as necessidades dos povos locais. É útil para democratizar a economia. Adota-se para defender a democracia e recompensar os que deram contribuições financeiras para os partidos. Justifica-se para satisfazer grandes e antigas famílias com história de serviço ao país e à pátria. Admite-se para isentar, de impostos e taxas, famílias, partidos, igrejas, sindicatos e associações. Utiliza-se para conceder subsídios especiais de criatividade ou solidariedade. Acode qualquer pessoa que se diga partidária das *startups* tecnológicas e se declare favorecer causas actuais, como as energias renováveis e as alfices biológicas. Usa-se para arranjar as parcerias público-privadas. Desculpa-se para confortar a insularidade e a interioridade.

Até ao dia da indignação. Até chegar a altura do escândalo. Até ao momento em que a corrupção se torna intolerável. Em Portugal, esse momento já chegou. Faça-se a lista completa dos políticos, governantes, deputados, altos funcionários, magistrados, polícias, empresários, gestores e outros intermediários, facilitadores e fura-vidas envolvidos com a justiça e fica-se com um horrendo panorama de uma quermesse de maus costumes. Marque-se, para cada um, o tempo de espera, o atraso do processo e os procedimentos dilatórios e ter-se-á um quadro completo de ineficiência e de injustiça.

É verdade que a democracia pode sempre generalizar a corrupção. Numa palavra, democratizá-la. Mas também pode ser a única maneira de a combater preservando as liberdades. As mãos limpas e a ética justicialista acabaram sempre mal: não limpavam a corrupção nem salvaguardavam as liberdades.

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico.

As minhas fotografias



Janela manuelina do Convento de Cristo, em Tomar. É talvez a mais famosa janela de Portugal. Também conhecida como "janela do Capítulo". Fica em Tomar, cidade excepcional de monumentos e obras de arte. Tem o Convento de Cristo, pois claro. O aqueduto de Pegões (século XVI). A Ermida de Nossa Senhora da Conceição, obra-prima renascentista entre todas (século XVI). A Sinagoga da cidade, caso raro de arquitectura da região e do país (século XV). A Igreja de Santa Maria dos Olivais (século XII). E tem também outras belezas, sem esquecer o rio Nabão, a cidade velha e a Tomar do século XIX e das indústrias. Esta janela já foi fotografada por milhões de pessoas. Já foi bandeira, rótulo de vinho e selo de correio. Já foi cartaz, azulejo e capa de livro. Mas não é mantida e preservada com todo o cuidado. Como deveria ser. A janela e todo o convento. Este convento e os outros. Neste Ano Europeu do Património, talvez seja mais uma oportunidade. Para mais orçamento. E mais atenção...

FOTOGRAFIA DE ANTÓNIO BARRETO

O pior da corrupção, privada ou pública, partidária ou empresarial, é que cada vez menos há recuo

